



## NOVO PARADIGMA, NOVA FORMA DE ATUAR

Igor Grabois\*

O governo Lula-Dilma aparece para grande parte da esquerda como uma esfinge. O monstro, em sua voragem, deglute as análises apressadas, como “o crescimento da renda foi fruto de políticas sociais” ou que o período benfazejo do crescimento econômico é devido ao “boom de commodities”. Arrasta o movimento social para um certo apoio crítico ou faz do discurso da oposição de esquerda um arremedo da pregação tucano-pefelê.

A acumulação de capital no Brasil atingiu um novo patamar. O governo Lula-Dilma foi o móvel para este processo, que não poderia ter curso sob a batuta tucana no governo de plantão. O desenvolvimento capitalista no Brasil atingiu um novo estágio, em que o país se reposiciona no conflito interimperialista e constrói, mesmo que a revelia de alguns setores, uma nova aliança internacional, em contraponto aos países centrais.

O crescimento da economia capitalista possibilitou ganhos nas condições de vida da classe operária e dos trabalhadores. Esses ganhos são reais, obtidos sem que houvesse expropriação das classes dominantes. Esse ganha-ganha, em que trabalhadores têm aumentos reais de renda, empresários lucros crescentes e rentistas ganhos patrimoniais garantidos, seria a essência de um fenômeno chamado lulismo. Este pacto de ganha-ganha teria sido quebrado no atual mandato, em função da crise internacional.

As jornadas de junho de 2013 seriam expressão da quebra do pacto do ganha-ganha. As contradições do lulismo estariam expostas. A falência dos serviços públicos, saúde, educação, mobilidade, teriam sacudido camadas de insatisfação política. Não sem alguma dose de pensamento desejante, setores da oposição de esquerda viram uma janela de oportunidade de revigorar o ativismo anti-governo no mal-estar generalizado.

As imensas mobilizações de junho desapareceram como mistério, da mesma forma que explodiram. Os eventos concentrados na terceira semana de junho de 2013 poderiam ter alterado os rumos da conjuntura, pesando sobre os resultados eleitorais deste ano e evidenciando o esgotamento do lulismo. As jornadas deixaram atrás de si uma espiral de niilismo e demonstraram a perda do centro tático da oposição de esquerda.

---

\* Economista e professor universitário.

É preciso diferenciar o jogo de aparências em que se movem os atores políticos das tendências da economia política. Economia política entendida como o movimento das forças sociais, das classes em luta no modo de produção capitalista, na luta em torno da produção e da apropriação do valor. A política é o espaço privilegiado do encobrimento dos interesses de classe na ordem burguesa. Marx explorou essa questão de forma magistral no 18 Brumário.

O período petista no governo liberou forças que talvez fujam à compreensão dos seus protagonistas. Aliás, forças que pouco tem a ver com programas, intenções ou políticas deliberadas. O Brasil é um país fundamentalmente diferente daquele de 2003. Não há nessa constatação nenhum juízo de valor. Uma nova arena proporcionada pelo atual estágio da acumulação de capital, em que os atores sociais ainda encontram dificuldades para apreender e agir em seu cenário.

### **Uma recapitulação do Lulismo**

Antes de tomar posse, Lula e o PT pavimentaram o caminho para a aceitação, por parte das classes dominantes, da vitória de um partido, que até aquele momento, parecia não pertencer à ordem dominante. A Carta aos Brasileiros<sup>1</sup> de junho de 2002 já continha as ações do início de governo. A Carta apresenta um rol de denúncias acerca da condução da política econômica pelo governo Fernando Henrique. Apresenta preocupações quanto ao equilíbrio fiscal e das contas externas. Além da declaração de intenções de conjugar crescimento econômico e políticas de resgate social, o então candidato a presidência se compromete a respeitar os contratos e assegura uma política econômica sem sobressaltos e um compromisso de combate permanente à inflação.

As críticas ao tom conciliatório, e de garantia de não-ruptura encobriram o anúncio do qual seria o tom do governo no primeiro mandato. Redução do desequilíbrio externo para possibilitar a redução dos juros e, conseqüentemente, retomar a capacidade de financiamento do Estado brasileiro. Exatamente o que foi feito. Todo esforço da política econômica foi direcionado para acumulação de reservas externas. Para tal, foram privilegiados o agronegócio e o setor exportador, com crédito farto e abaixo da taxa de juros de curto prazo.

Para cumprir a promessa da Carta aos Brasileiros, mudança sem sobressaltos, Lula entregou a condução da política macroeconômica para a FGV do Rio de Janeiro, sob as garantias do ministro Palocci. Colocou no Banco Central um banqueiro, no Ministério da Agricultura um dileto representante do agronegócio e no Ministério da Indústria, um industrial ligado ao agronegócio. Ao mesmo tempo o programa Bolsa-Família dava os primeiros passos, iniciou-se uma nova política de reajuste do salário-mínimo – inflação mais variação do PIB – e o crédito foi facilitado, com o Banco do Brasil garantindo o crédito rural, a CEF retomando o crédito imobiliário e o BNDES voltou a financiar o investimento produtivo de longo prazo. O crédito consignado se tornou na principal

---

<sup>1</sup> O texto da Carta aos Brasileiros pode ser encontrado em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

modalidade de empréstimos para assalariados e aposentados. A Petrobrás partiu para uma política de compras de fornecedores nacionais.

Uma política macroeconômica restritiva foi combinada com uma política microeconômica expansiva. O objetivo de acumular reservas a qualquer custo cobrou seu preço em crescimento. Somada à mudança no regime previdenciário dos serviços públicos – medida com objetivo de atender aos governos estaduais – a política macroeconômica restritiva retirou legitimidade do governo Lula. O escândalo do mensalão pegou o governo no contrapé dos juros altos e do baixo crescimento. O PT e a CUT viram sua base social ser minada.

O providencial escândalo do caseiro fez o ministro Palocci cair em desgraça. Em fins de 2005, o desequilíbrio externo parecia equacionado. As dívidas com o FMI e o Clube de Paris foram pagas. A assunção de Mantega no Ministério da Fazenda marcou um afrouxamento da política fiscal, acompanhada por uma lenta e gradual, mas não isenta de subidas, queda da taxa básica de juros, a Selic. Um programa de investimentos públicos, o PAC, aumentou as inversões do tesouro.

O afrouxamento parcial da política macroeconômica permitiu uma retomada mais vigorosa do crescimento econômico, pavimentando a reeleição de Lula. No balanço do primeiro mandato, as maiores empresas não-financeiras haviam lucrado nos primeiros quatro anos de Lula o dobro dos oito anos de Fernando Henrique<sup>2</sup>.

A crise internacional evidenciada em 2008 foi enfrentada com uma política anticíclica, apesar da política monetária ortodoxa do Banco Central. Desonerações tributárias, doses maciças de crédito dos bancos públicos, inversões do Tesouro no PAC e programas no estilo Minha Casa Minha Vida mantiveram o crescimento. O PIB de 2010 cresceu a 7,5%, em meio à crise internacional, que jogou a economia mundial em uma trajetória de estagnação, ainda não superada.

Lula entregou à sua sucessora uma economia em crescimento. Milhões haviam sido incorporados no mercado de consumo. O crescimento do mercado interno se deu com o aumento da renda do trabalho, com as políticas assistenciais tendo um papel subsidiário<sup>3</sup>.

Até o fim do segundo mandato foi possível conciliar políticas sociais, inversões fiscais do Estado, renda do trabalho, lucros das empresas não-financeiras e ganhos dos rentistas. Lula havia cumprido a sua tarefa de tirar a economia da estagnação das décadas de 80 e 90. Foge às possibilidades desse espaço uma discussão sobre as tarefas dos sucessivos governos na retirada dos entraves à acumulação de capital. Pode-se afirmar que o PT era a alternativa possível para a esfera produtiva do capital retomar o processo de acumulação. Em que pese que as fronteiras entre finanças e produção no capitalismo não serem estanques, para a reprodução do capital era necessário limitar a autonomização da esfera financeira.

Não se deve subestimar o papel da inflação das commodities no mercado mundial para o equacionamento das contas externas brasileiras. Porém, o setor dinâmico da

---

<sup>2</sup> Segundo série histórica feita a partir da publicação *Exame-500 maiores e melhores*

<sup>3</sup> Para o papel da renda do trabalho ver POCHMAN, M. *A nova classe média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Ed Boitempo. São Paulo, 2012.

acumulação de capital no Brasil é o mercado interno. A produção de commodities, no Brasil, é concentradora, poupadora de força de trabalho, intensiva em capital. Os preços das commodities, estabelecidos a priori, são descolados dos custos de produção. Portanto, os ganhos se concentram nas empresas exportadoras.

Ao contrário, a indústria e o setor de serviços têm seus preços regulados pela demanda interna. Sua margem para realizar a mais-valia produzida. Mais. A corrente do comércio internacional, quando muito, monta a 12 % da renda nacional.

A tarefa cumprida por Lula foi destravar a acumulação de capital, recuperando a capacidade de financiamento do Estado e equacionando as contas externas. Todos os setores – indústria, serviços, agronegócio, bancos – obtiveram ganhos. A indústria saltou de quatro milhões e oitocentos mil trabalhadores em 2003 para doze milhões e oitocentos mil em 2013<sup>4</sup>. Os automóveis produzidos passaram de um milhão e setecentos mil para três milhões e quatrocentos mil no mesmo período. Os exemplos são intermináveis.

Mesmo o debate da desindustrialização deverá ser revisto. O IBGE faz, atualmente, uma revisão do cálculo do PIB desde 2010, que será apresentada no primeiro trimestre de 2015. Economistas dão conta de uma subestimação do PIB industrial entre 35 e 40%<sup>5</sup>.

Porém, o metalúrgico deixou uma herança maldita para sua sucessora. Lula não mexeu em nenhum dos contratos dos serviços privatizados, a saber, energia elétrica e telefonia. Se FHC pagou, em média 19 % de juros reais por ano, Lula pagou 11 %. O núcleo de investidores nas empresas elétricas é fundamentalmente o mesmo de aplicadores da Selic e de detentores de ações da Petrobrás e outras estatais.

No alvorecer de 2011, a acumulação de capital havia dado um salto. Porém, a crise internacional derrubou os mercados de manufaturados de exportação do Brasil. A busca incessante de maiores rendimentos do capital especulativo fez um derrame de dólares no Brasil e produziu uma apreciação inédita do real.

Dilma tentou reduzir as tarifas da energia elétrica, baixar os juros e desvalorizar o real. Tudo ao mesmo tempo, a partir do segundo semestre de 2012. O discurso dos porta-vozes do chamado mercado subiu de tom. No jornalismo econômico começou um alarido em torno de destruição de valor, afora o terrorismo com a inflação. O discurso uníssono é o mesmo, por aumento de juros, reajuste de tarifas e aumento da gasolina para recompor os ganhos dos acionistas.

Especuladores e industriais em muitos casos são a mesma persona. O industrial que reclama dos juros é o mesmo que registra lucros financeiros em seu balanço. Mas existe um corte classista do rentismo. Na década de 90, uma parte da burguesia brasileira se desfez de seus ativos produtivos. Vive de juros, aluguéis e dividendos. Este setor rentista é aliado de uma média finança, que faz intermediação de aplicações estrangeiras no Brasil e de uma pequena-burguesia esmagada entre o aumento de salários e dos custos financeiros dos seus negócios.

---

<sup>4</sup> Para o comportamento do emprego ver <http://portal.mte.gov.br/geral/publicacoes>.

<sup>5</sup> Para maiores detalhes <http://www.valor.com.br/brasil/3643258/pesquisa-anual-mostra-industria-com-alta-bem-superior-do-pib>

São 9 milhões de CNPJ's no Brasil, incluindo os mais de 3 milhões de microempreendedores individuais. Essa pequena-burguesia clássica, exploradora de trabalho assalariado, é significativa e se contrapõe aos 50 milhões de assalariados. Essa é a base social do rentismo.

Redução de tarifas, revisão dos contratos dos serviços privatizados, redução dos juros, taxas básica e bancárias, controle cambial são medidas necessárias para o funcionamento da economia capitalista. A aplicação dessas medidas não significa, de forma alguma, compromisso com os trabalhadores e o povo. Ao contrário, chama os trabalhadores a apoiar um lado mais “benigno” do capital, em troca de garantias de salário e emprego. Essa é a disjuntiva das eleições 2014. O não-entendimento do novo patamar do capitalismo no Brasil pode levar a esquerda a um isolamento e perda de base social ainda maior no longo prazo.

### **A esquerda e a nova conjuntura**

O crescimento da economia brasileira obriga o Estado brasileiro a assumir outro protagonismo nas relações internacionais. A pedra de toque da política internacional do governo Lula-Dilma são a integração sul-americana e as relações sul-sul, incluindo a articulação dos BRICS. Por mais que o sonho de consumo da burguesia brasileira seja os EUA e a União Européia, os compradores das mercadorias brasileiras, manufaturadas e básicas, são os BRICS, América Latina e África. Os empresários brasileiros seguem a caravana do Itamaraty em busca de novos negócios. Financiam, inclusive, as viagens internacionais do ex-presidente Lula, garoto-propaganda assumido das empresas e mercadorias de origem brasileira.

Um dia antes da cúpula dos BRICS, a CNI reuniu 600 empresas dos países BRICS. Fez uma pauta em que o ponto principal é utilização de moedas nacionais nas transações comerciais, sem intermediação do dólar. Os interesses econômicos empurram a ideologia. A Odebrecht não construiu o porto de Mariel em apoio à revolução cubana.

O Brasil tem imposto derrotas aos EUA nos organismos internacionais, como a questão da internet na ONU e a da Venezuela na OEA. Dilma esnobou uma visita de Estado aos EUA, sonho de dez entre dez chefes de estado.

A busca desse protagonismo é acompanhada de um aumento dos gastos militares. É o caça, o avião de transporte, o submarino nuclear, os blindados<sup>6</sup>. Lula e Dilma realizam o maior programa rearmamento desde a ditadura. O ministro Celso Amorim organizou um Conselho de Defesa Sul-Americana, em contraposição ao TIAR, realizado no contexto do pan-americanismo sob hegemonia estadunidense. Ressuscitou a Zona de Paz do Atlântico Sul, levando a projeção militar brasileira à África. Sem contar o apoio às forças militares da Namíbia, Angola, Cabo Verde e outros países africanos.

A política externa e de defesa acompanha e é acompanhada dos investimentos das empresas brasileiras. Hoje existem diversas multinacionais de origem brasileira nas mais diversas áreas: WEG e Romi, em bens de capital, Agrale, Marcopolo, Randon,

---

<sup>6</sup> Sobre os programas militares <http://www.viomundo.com.br/politica/igor-grabois-um-balanco-sobre-os-programas-militares-do-brasil.html>

Iochpe-Maxion, no setor automotivo, Odebrecht em setores tão díspares como petroquímica, óleo e gás, engenharia, supermercados, Gerdau, na siderurgia, Votorantim, na siderurgia e mineração, Petrobras, que compra refinaria nos EUA, Vale, Embraer, Stefanini e Totus, em tecnologia da informação...

Mais. O Estado brasileiro resolveu seus problemas de financiamento. O discurso dos problemas fiscais é feito para liberar recursos para pagar mais juros. Há dinheiro para atender demandas sociais. A contenda entre os sem-teto e a prefeitura de São Paulo, neste ínterim é pedagógica. Atender demandas sociais por serviços públicos em nada ameaça o sistema capitalista. Aliás, este é o programa do PT, crescimento do capitalismo com estado de bem-estar.

Podem responder que o estado de bem-estar está sendo liquidado na Europa, que não há espaço para tal no Brasil. Europa e Brasil vivem momentos históricos diferentes. Para o capital com origem no Brasil ir para o centro é necessário resolver a saúde, a educação e a mobilidade. Pode-se questionar a qualidade destes serviços, o seu direcionamento, mas os recursos e a pressão social para a sua consecução existem.

O paradigma em que nós atuamos por décadas mudou. Criticar a ação imperialista será uma atividade de dentro para fora. Odebrecht em Angola, Petrobras na Bolívia, Vale na Argentina e em Gana, intervenção militar no Haiti. A crítica da política econômica deve ser substituída pela crítica da economia política.

O lulismo, na perspectiva da conciliação de classes, não se esgotou. O desespero em torno de Marina Silva, candidata do Itaú e finança internacional, talvez não seja suficiente para tirar Dilma do páreo. O novo ciclo de desenvolvimento que a candidata à reeleição prega é levar a acumulação de capital a novas fronteiras. Nisso reside a força do petismo, que de quebra arrasta a classe operária para este projeto.

A esquerda corre o risco de ficar circunscrita às lutas de minorias, justas, mas insuficientes para questionar a ordem burguesa. A experiência do Não vai ter Copa é clara que não existe bala de prata, para usar um termo na moda, contra o capital e os seus representantes de esquerda e de direita.

O momento de ascensão da acumulação de capital não é eterno. O Estado de bem estar não apaga as contradições do capital. O cotidiano de exploração na empresa, por mais edulcorado que seja, é brutal. E a expansão, no capitalismo, prepara a crise. Não se revoga a lei da tendência da queda da taxa de lucro, como não se revoga a lei da gravidade.

A retomada da organização e da influência da esquerda comunista é uma tarefa de largo fôlego. É preciso combinar ação de massas, reivindicatória, econômica, com intervenção na política. Analisar o período que vivemos é um bom começo. Será um enorme desafio atuar em um contexto de capitalismo completo, com ramificações internacionais de dentro para fora e com melhoria relativa das condições de vida dos trabalhadores.

A esquerda derrotou uma ditadura militar. Levou a democratização da ordem burguesa ao limite. Mobilizou amplas massas. Com certeza, irá responder de forma firme e adequada aos novos desafios que se avizinham.